

Leonardo Boff*

A Cúpula dos Povos Originários: o Condor e a Águia

O notório historiador e pensador da cultura Emmanuel Todd, em tom forte denunciava já em 2024 “A derrota do Ocidente” (La défaite de l’Occident). Mostrava com razões como o Ocidente foi derrotado por ele mesmo, por não poder se recriar a partir de suas próprias raízes já necrosadas.

O que Todd afirmou do Ocidente poder-se-á dizer de toda a civilização planetária, talvez à exceção da China sob Xi Jinping que tenta resgatar as raízes éticas e espirituais da ancestral tradição chinesa. Mas o problema é a falta de liberdade. A história nos ensina que repugna ao ser humano ver-se privado desse dom maior que é a liberdade, com a qual pode moldar seu destino e expressar sua visão das coisas.

Se quase a totalidade da civilização globalizada está à deriva, o mesmo não se pode dizer dos povos originários de Abya Yala, nome kuna para a América, que significa “terra madura”. O nome já é incorporado por quase todas as etnias. Fez-se uma longa caminhada. No Primeiro Congresso Indigenista Interamericano celebrado em Pátzcuaro (México) em 1940 ainda se sustentava a tese colonialista da homogeneização e assimilação dos povos originários à cultura dominante, de cariz ocidental.

Tudo começou a mudar a partir dos anos 60, quando surgiram, especialmente entre os jovens, um espírito libertário. Neste contexto, em todos os países sul-americanos irrompeu também a consciência indígena como indígena. Os povos originários recusavam ser chamados de

“naturais” para distingui-los dos “civilizados”. Queriam ser o que são: verdadeiros povos: maias, incas, astecas, olmecas, toltecas, tupis-guarani, pataxó, yanomami e outras dezenas.

A partir de 1990 fizeram-se vários encontros dos povos originários do Grande Sul e também do grande Norte. Buscava-se uma identidade própria que fosse algo comum. Deram-se logo conta que era na resistência e na salvaguarda da própria cultura que podiam encontrar algo comum. Mas para ter força precisavam juntos forjar uma articulação que unisse a todos os no Norte com os do Sul. Unidos, poderiam fazer frente ao rolo compressor da cultura

dominante de viés ocidental que sempre tentou assimilá-los sacrificando sua própria identidade, a cultura, a religião, as festas e os mitos ancestrais. E roubar-lhes as terras.

Em reação a tudo isso foi assim que em 2007 se criou a Cúpula dos Povos de Abya Yala. Muito importante foi o encontro de Porto-Alegre em 2012 quando dezenas de etnias e grupos de apoio lançaram o “Manifesto dos Povos indígenas de Abya Yala. Vinha com especificações: “Em Defesa da Mãe Terra, pelo Bem Viver, a Vida Plena e Contra a Mercantilização da vida e da Mãe Natureza”.

O texto é explícito: “A nossa relação com as nossas terras e territórios é a base da nossa existência enquanto povos, a base do nosso Bem Viver e Vida Plena, em harmonia com a Mãe Natureza”. Entenderam que a assim chamada “desco-

berta da América ou do Brasil” era uma invasão e conquista de europeus que os colonizaram com violência inaudita, se apropriando de suas terras, buscando mais que tudo ouro, prata e madeiras nobres. Hoje todos se unem ao redor da resistência e do resgate de suas identidades que implicam guardar as linguas, as tradições, as religiões e a sabedoria dos anciãos e pajés.

Uma sombra os acompanha: extermínio de seus antepassados, infligido pelos invasores europeus. Ocorreu um dos maiores genocídios da história. Foram mortos por guerras de extermínio ou por doenças trazidas pelos brancos contra as quais não possuíam imunidade e por trabalhos forçados cerca de 60 milhões de representantes destes povos originários.

Os dados mais recentes foram levantados pela educadora Moema Viezer e pelo sociólogo e historiador canadense radicado no Brasil, Marcelo Grondin. O livro com prefácio de Ailton Krenak, detalha região por região como foi a matança sistemática de indígenas e até de inteiros povos, como ocorreu no Hati. Leva como título Abya Yala: genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas (Editora Bambuí, Rio de Janeiro 2021).

Ciente desta tragédia acontecida com seus irmãos, um sábio da nação yanomami, o pajé Davi Kopenawa Yanomami, entrevendo a continuidade desse processo mortal, advertiu no livro A Queda do Céu o que os xamãs de seu povo estão pressentindo: “a corrida

da humanidade está rumando na direção de seu fim” (Companhia das Letras, 2015).

No final de um desses encontros de povos do Grande Sul com o Grande Norte, um xamã se levantou e disse com voz forte e pausada. “Irmãos e irmãs, meus parentes. Escutai esta profecia, dita por um ancião de tempos antigos. Vai chegar um dia em que a Águia do Norte que havia expulso o Condor do Sul, voará para cá. Vai encontrar o Condor. Não vai mais persegui-lo. Vai convidá-lo a voarem juntos. E de fato, assim foi. Abrindo ambos as grandes asas, os dois, o Condor e a Águia começaram a voar juntos por sobre aquelas terras e vales. E nunca mais se separaram”.

(Nem preciso esclarecer que a Águia representava os Estados Unidos da América e o Condor a Abya Yala, a América).

E concluiu o xamã: “Este dia chegou: aqui estamos vindos de todas as partes, do Norte e do Sul. Somos todos parentes e temos a Terra como nossa Grande Mãe. Ajudemos os outros nossos irmãos e irmãs, de várias partes do mundo, a amar, respeitar e revitalizar nossa Grande Mãe. Assim poderemos viver todos juntos na mesma grande Taba Comum”. Falou e disse.

Esta profecia está se realizando entre os povos originários. Que se realize também em nós enquanto tivermos ainda tempo.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL LIBERTA (<https://www.revistaliberta.com.br>). Escreveu também Cuidar da Casa comum: como protelar o fim do mundo, Vozes 2025 (<https://www.leonardoboff.com>).**

Victor Corrêa*

Você é uma pessoa difícil?

Talvez você já tenha sido chamado de “difícil”. É um rótulo incômodo e impreciso ao tentar definir o outro.

No dia a dia, todos assumimos papéis diferentes. Podemos ser mais sérios no trabalho, brincalhões com os filhos em casa, bons colegas de equipe — e firmes quando discordamos de algo. Há muitas maneiras de ser quem somos. Mas, em muitos casos, o rótulo chega na frente.

Precisou se afastar do trabalho por questões ligadas à saúde mental? É possível que passe a ser percebido como emocionalmente instável, alguém que pode “dar problema” a qualquer momento. Como se o diagnóstico fosse uma sentença. Esse tipo de reação tem nome, ainda que pouco conhecido por aí: Psicofobia. É o preconceito contra quem vive algum tipo de sofrimento mental.

Isso não nasce do nada. Durante décadas, o sofrimento mental foi associado ao isolamento e aos manicômios — à ideia de que quem sofria precisava ser afastado do convívio. Parte desse olhar

ainda persiste. Muitas vezes, esse preconceito é internalizado. A própria pessoa evita falar sobre o que sente e deixa de buscar ajuda.

Nas palavras do médico e professor da Universidade de São Paulo Taki Cordeiro, “é um preconceito contra a ideia de que o cérebro possa adoecer”. Aceitamos que o pulmão ou o coração adoeçam. A cabeça, não. Como se fosse uma área privilegiada do corpo.

“Já tentou rezar mais?”. “Você é muito sensível”. “Levanta, tenha mais ânimo”. Frases como essas são comuns — e revelam o quanto ainda temos dificuldade em lidar com o sofrimento psíquico. Em vez de acolher, desqualificam.

“Ela reagiu assim porque é bipolar.” Outra cena comum. Alguém se posiciona em uma reunião, e o argumento, em vez de ser discutido, é descartado, não pelo que foi dito, mas por quem disse.

Atribuir diagnósticos a colegas com base em comportamentos pontuais não é apenas imprudente; é uma forma de deslegitimar a fala do outro. O argu-

mento perde valor antes mesmo de ser considerado e é substituído por um rótulo. Uma discordância, algo saudável em qualquer ambiente profissional, pode passar a ser lida como descontrole ou instabilidade.

E quando aquela pessoa — reconhecida pelo compromisso com o trabalho — precisa de uma licença médica, depois outra, e meses depois uma terceira? Em muitas organizações, o desfecho é previsível: a demissão. O receio de novos afastamentos passa a pesar mais do que a competência demonstrada ao longo de anos. O diagnóstico deixa de ser visto como uma condição de saúde e passa a funcionar como um risco administrativo.

Esse cenário se torna ainda mais contraditório quando se observa o próprio ambiente de trabalho. Em 2025, o Tribunal Superior do Trabalho registrou mais de 140 mil novos processos por assédio moral — um aumento de 22,3% em relação ao ano anterior. No mesmo período, mais de meio milhão de trabalhadores

foram afastados por transtornos mentais, o maior número em pelo menos uma década. Ou seja: o mesmo espaço que, muitas vezes, adocece, é também o que mais desconfia de quem adocece.

Diante desse quadro, o governo federal anunciou a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que estabelece diretrizes gerais de saúde e segurança no trabalho e passou a incluir os riscos psicossociais, como metas abusivas, jornadas excessivas e assédio moral. A medida permitiria, inclusive, a aplicação de multas.

Após pressão do setor empresarial, sua implementação foi adiada por um ano e passa a valer, de forma plena, a partir de maio de 2026. Se não estavam preparados antes, estarão agora? Um diagnóstico em saúde mental, por mais sério que pareça, tem tratamento. A pessoa não é a crise que viveu no passado.

***Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas**